

Brasília, 18 de junho de 2015.

Ofício nº 028/2015/ABA/PRES

Exmo. Sr. Renato Janine Ribeiro
Ministro
Ministério da Educação – MEC

Sr. Paulo Gabriel Soledad Nacif
Secretário
Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI/MEC

Exma. Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira
Ministra
Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM

Exmo. Sr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros
Procurador Geral da República
Ministério Público Federal – MPF / Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão

Exmo. Sr. José Eduardo Cardozo
Ministro
Ministério da Justiça - MJ

Exma. Sra. Maria do Rosário Nunes
Ministra
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR

Exmo. Sr. Paulo Roberto Severo Pimenta
Presidente
Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM

Exmo. Sr. José Saraiva Felipe
Presidente
Comissão de Educação da Câmara dos Deputados - CE

Exmo. Sr. Jean Wyllys
Deputado Federal
Câmara dos Deputados

Exmo. Sr. Renan Calheiros
Senador
Senado Federal

Prezados/as Senhores/as,

Encaminhamos a nota, da Associação Brasileira de Antropologia – ABA e de seu Comitê Gênero e Sexualidade, sobre a supressão de "gênero" e "orientação sexual" nos planos municipais, estaduais e nacional de educação.

Na expectativa de contar com vossa atenção, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,



Prof. Dr. Antonio Carlos de Souza Lima
Presidente da ABA (Gestão 2015/2016)

Nota sobre a supressão de "gênero" e "orientação sexual" nos planos municipais, estaduais e nacional de educação

A Associação Brasileira de Antropologia considera extremamente preocupante o processo político que tem envolvido a aprovação dos planos nacional, estaduais e municipais de educação, no que diz respeito à proposta de supressão sistemática das expressões “gênero” e “orientação sexual” neles presentes. A ABA considera especialmente grave o fato de a proposta de supressão atingir, no âmbito de tais planos, artigos ou parágrafos em que se estabelece como papel das escolas o combate às desigualdades educacionais produzidas por diferentes tipos de discriminação social.

Evocando discursos religiosos, alguns parlamentares têm tratado como “ideologia”, a consolidada reflexão científica brasileira e internacional que gira em torno da produção e reprodução de desigualdades sociais, que se justificam a partir de certas concepções normativas sobre gênero e sexualidade. No plano do conhecimento, procura-se de fato suprimir o direito de alunos e alunas das escolas brasileiras ao acesso à produção científica de diferentes disciplinas sobre o assunto, afinadas com os princípios de direitos humanos e, em especial, à reflexão que enfatiza aspectos sociais e políticos relacionados à produção e manutenção de desigualdades. No plano propriamente político, tais iniciativas contrariam, diretamente, alguns dos mais básicos valores republicanos, como a laicidade do Estado, o direito à informação e à livre expressão do pensamento; e, indiretamente, ameaçam os esforços empreendidos por diferentes instituições brasileiras, entre as quais a ABA se inclui, no sentido da construção de uma sociedade mais justa e plural.

A análise das relações de gênero, assim como das relações raciais ou das de classe, contribui de forma marcante para o conhecimento e o enfrentamento das desigualdades históricas no país. Ao manter o tema da "igualdade de gênero e de orientação sexual" nos planos de educação não se está formulando uma "ideologia de gênero" ou procurando anular diferenças percebidas entre as pessoas, mas garantir um espaço democrático onde tais diferenças não se desdobrem em desigualdades. Trata-se de garantir que a escola não seja um espaço de reprodução da violência, mas de respeito à diversidade e de formação para a cidadania.

Associação Brasileira de Antropologia – ABA e seu Comitê Gênero e Sexualidade.

Brasília, 18 de junho de 2015.